



Livros e censura: Análise das Políticas Públicas de Controle da Produção Simbólica em São Paulo a partir do Arquivo Miroel Silveira¹

Barbara Julia Menezello Leitao²
Prof. Dr. Ferdinando Martins³

Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo

Resumo

O Arquivo Miroel Silveira, sob a guarda da biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, abriga 6.205 processos de censura prévia ao teatro em São Paulo, originados pela Divisão de Diversões Pública da Secretaria de Segurança Pública entre 1929 e 1968. Aproximadamente 4% desses processos contêm livros publicados com textos teatrais, sendo que 82 deles sofreram vetos dos censores. Neste trabalho, analisamos esses processos com o objetivo de compreender o funcionamento das políticas públicas de controle da produção simbólica por meio da censura. Mais ainda, visamos contribuir para uma compreensão ampliada da história do livro no Brasil.

Palavras-chave

História do Livro no Brasil; censura; Arquivo Miroel Silveira

1. Introdução

A censura oficialmente estabelecida atuou no Brasil desde os tempos coloniais, mas a repressão policial dos livros e dos espetáculos em nome da Monarquia, da religião, da metrópole, da língua, da família e dos bons costumes havia adquirido no Império um tom mais intelectual, à medida que se organizava o campo artístico e que se criavam instituições artísticas e culturais, a partir do desenvolvimento de uma política cultural por parte do Estado. Instaurava-se a censura prévia e a nomeação de censores com certo verniz cultural, capazes de referendar as decisões do poder.

Com a República e o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, a censura se tornou mais rotineira, impessoal e burocratizada. Surgiu o conflito entre a Federação e os Estados e entre órgãos estatais - educação, cultura, polícia e juizado de menores - requerendo seus direitos ao controle das artes e das comunicações. E, embora se sucedam leis e decretos, de uma maneira geral permaneceu inalterado o ritual da censura.

¹ Trabalho apresentado no NP Produção Editorial, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorada em Ciências da Comunicação, na área de Teoria e Pesquisa da Comunicação, na ECA-USP.

³ Professor do Departamento de Comunicações e Artes da ECA-USP na área de Arte, Comunicação e Sociedade.



A partir de 1942, a censura passou a implicar um processo que era aberto junto ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, por meio da Divisão de Diversões Públicas, DDP, que por sua vez era diretamente subordinado ao Departamento de Imprensa e Propaganda, do governo federal. Nessa época, começaram a ser encadernados os documentos dos processos de censura prévia armazenados, como veremos a seguir, pelo Arquivo Miroel Silveira.

Após a Era Vargas, as DDPs passaram a ser subordinados às Secretarias Estaduais de Segurança Pública. O trabalho de arquivamento dos documentos foi realizado até 1968, quando a censura foi federalizada, passando a ser responsabilidade da Polícia Federal.

Cabe ressaltar que, no período iniciado com o golpe militar de 1964, inicia-se uma nova fase na censura no Brasil. Dada as novas demandas dos militares, que exigiam rigor na perseguição a ideologias contrárias ao regime, a atuação inicial da censura é “confusa e multifacetada” (Stephanou, 2001, p. 213.), atingindo principalmente a imprensa escrita e o rádio. Em 21 de novembro de 1968, porém, é publicada a Lei nº 5.536, que, segundo Stephanou,

...dispõe sobre a censura de obras teatrais, cinematográficas, novelas televisivas e radiofônicas, representa o início de uma maior racionalidade, organização e qualificação na atuação censória, estabelece prazos, regulariza as categorias de classificação por faixa etária, exige curso superior para a função de censor, explicita – pela primeira vez, em lei – que o censor é censor (estabelece as denominações técnico em censura e censor federal) [...] e cria o Conselho Superior de Censura (Stephanou, 2001, p. 213.).

Neste trabalho, tratamos da censura aos livros de peças teatrais integrantes do Arquivo Miroel Silveira. Nosso objetivo é analisar processos de censura teatral que contenham livros, visando melhor compreender o funcionamento das políticas públicas de controle da produção simbólica. Com isso, pretendemos contribuir para uma compreensão ampliada da história do livro no Brasil.

2. O Arquivo Miroel Silveira

O Arquivo Miroel Silveira da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo é constituído basicamente de textos teatrais, solicitações de companhias, ofícios e pareceres dos censores e da burocracia da censura arquivados pela Divisão de Diversões Públicas (DDP) da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, de 1926 a 1968. Esse material, de inegável valor histórico, contém



a organização das emissões de liberações e vetos da censura às produções teatrais do estado.

Na documentação básica de cada processo constava um requerimento solicitando a censura, uma cópia do texto da peça e um certificado de censura emitido pela divisão, toda vez que a peça era montada. Foram reunidos, em cada volume, de 15 a 20 processos enumerados, na ordem crescente, mas não cronológica, a partir de uma numeração, em uma grande totalidade, advinda dos certificados de censura emitidos na década de 1940. Além desses volumes, as informações dos processos de censura também estavam inseridas em fichas catalográficas do DDP

Miroel Silveira, ex-professor da ECA-USP, conhecia a estrutura do DDP, uma vez que suas atividades implicavam relacionar-se “com a burocracia do Estado e as suas diversas instâncias pelas quais se passam para produzir e encenar um espetáculo” (Costa, 2006, p. 2.). A partir das informações do DDP, Miroel Silveira elaborou sua pesquisa de doutoramento, intitulada *A comédia de Costumes – Período Ítalo Brasileiro: subsídios para o estudo da contribuição italiana ao nosso teatro*, orientada por Décio de Almeida Prado e defendida em 1973.

Com a promulgação da nova Constituição, em 1988, que acabou com a censura prévia a espetáculos, Silveira conseguiu que a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo entregasse esse acervo, que foi transferido para sua sala na ECA-USP. Ao todo, 6.137 prontuários e 5.800 fichas catalográficas foram doados⁴. Com a morte de Silveira, o acervo passou para a biblioteca da ECA-USP, com acesso limitado a poucos pesquisadores. No entanto, em 2002, sob a coordenação da Prof. Dra. Cristina Costa, foi iniciada a catalogação e análise do acervo, agora transformado em Arquivo Miroel Silveira. Dois grandes projetos ligados ao AMS passaram a ser desenvolvidos. O primeiro foi “A Censura em Cena – O Arquivo Miroel Silveira”, cujos objetivos eram a organização e análise dos processos e a criação de uma base de dados informatizada⁵.

O segundo e atual projeto é “A Cena Paulista: Um Estudo da Produção Cultural de São Paulo de 1930 a 1970 a partir do Arquivo Miroel Silveira da ECA-USP”, cujo objetivo é “desenvolver uma pesquisa inédita sobre as relações entre o teatro e os meios de comunicação de massa, tendo por base a produção paulista dos anos 1940 a 1970”

⁴ A organização desse material no Arquivo Miroel Silveira identificou a existência total de 6.205 processos de censura prévia ao teatro.

⁵ Esse projeto, que durou de 2003 a 2005, contou com a participação de Bárbara Leitão, então diretora da biblioteca da ECA-USP, e de Analucia Recine, bibliotecária especialista em processamento técnico. Do projeto, foi gerada a base de dados com 6.205 registros de processos, sendo que atualmente cerca de 3.500 já estão completamente catalogados.



(Costa, 2006, p.13). Além disso, o projeto aprofunda “os estudos sobre a censura prévia de textos, comparando-a com outros recursos do autoritarismo e da repressão, assim como com a sua atuação sobre outros veículos de comunicação” (Costa, 2006, p.13)⁶.

Para divulgação dessas informações foi criado um Banco de Dados no qual constam informações como: título, autor, produtor, diretor, atores, data e local de apresentação da peça, gênero (informado pelo proponente), resumo do texto, além de dados sobre a censura - nome dos responsáveis, deliberação censória e palavras censuradas, quando houver essas indicações. Há ainda informações acerca de músicas que faziam parte dos espetáculos, do cenário e da companhia que realiza a encenação. Esse Banco de Dados, que pretende contribuir para a reconstituição da história do teatro paulista e para o resgate da memória da censura teatral, está acessível aos visitantes do site.

As pesquisas desenvolvidas no AMS têm caráter interdisciplinar nas áreas de Comunicações, Artes, História e Sociologia. Identifica produtores, mecenas e artistas que ajudaram a realizar a produção cultural paulista e foram responsáveis também pelo desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e da indústria cultural. Transitando entre os palcos, as letras e as telas da televisão e do cinema, assim como nas ondas do rádio, esses protagonistas têm suas trajetórias contextualizadas no âmbito da Estética e História da Comunicação no Brasil.

3. Bibliotecas, livros e o Arquivo Miroel Silveira

De um lado, o texto escrito democratiza o conhecimento e abala o poder instituído. De outro, estabelece um novo poder – o do autor e de seu texto. Segundo Chartier, existe um princípio de ordem e autoridade em todo texto escrito, mas há também o poder e a liberdade do leitor. A leitura é, portanto, uma relação dialética entre essas duas formas de poder – a de quem escreve e a de quem lê. Neste sentido, diz Chartier:

O livro sempre visou instaurar uma ordem: fosse a ordem de sua decifração, a ordem da qual ele deve ser compreendido ou ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua

⁶ Também participam desse projeto outros docentes da ECA-USP: Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes, Prof. Dra. Roseli Fígaro e Prof. Dr. Ferdinando Martins. Além deles, estudantes de diferentes níveis acadêmicos (iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado) desenvolvem pesquisas no Arquivo Miroel Silveira.



publicação. Todavia, essa ordem de múltiplas fisionomias não obteve a onipotência de anular a liberdade dos leitores (CHARTIER, 1999, p. 8).

A responsabilidade em resguardar o conteúdo informacional dos textos, seja para fins de preservação da memória ou supremacia política, deveria ficar a cargo de uma pessoa independente, denominada guardião, arquivista ou, mais tarde, bibliotecário. Poderiam ser os monges responsáveis pelas cópias das obras, como tão bem descrito em *o Nome da Rosa*, por Umberto Eco, ou, como sugere Burke, os “zeladores de arquivos” (BURKE, 2003, p. 128), antes da Revolução Francesa, os quais, segundo o autor, deveriam ser analfabetos para que resistissem à tentação da leitura.

Parece haver um conflito entre pensar a biblioteca como espaço de difusão do conhecimento e a perda dos leitores expostos a diferentes visões de mundo. De acordo com Knuth (2003) a Biblioteca representa, principalmente: a liberdade do intelecto – o direito inegável de pensar, escrever e ler – é a raiz da estruturação das bibliotecas ocidentais.

Nesse jogo entre uma proposta de acesso amplo à informação e do cerceamento através de mecanismos do poder, devemos refletir sobre as políticas públicas que determinam como as bibliotecas devem funcionar em um país e em uma determinada época – o que devem guardar e para quem devem expor seus acervos. Isso é o que pensava Foucault:

Suponho em que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade (FOUCAULT, 1970, p.3).

Assim, à medida que vemos se instituir o Estado Moderno republicano e democrático surge uma maior intolerância dos cidadãos em relação às políticas públicas que impõem limites e censuras à livre circulação de informações.

É no século XX, quando mais intensa se torna essa circulação de idéias que surgem as grandes ditaduras que assolaram o mundo, com as mais diferentes ideologias, mas decididas a fazer do controle ideológico uma de suas principais estratégias de dominação e manutenção do poder. Desse modo, percebemos no Brasil dois momentos de intenso conflito – a era Vargas e a Ditadura Militar – em que regimes de exceção



vigoraram tornando especialmente agudo o conflito entre a liberdade de expressão e de acesso à informação e as políticas públicas vigentes. É também quando se prova a resistência dos leitores na defesa de seu direito ao saber.

Podemos dizer que, independente de apontarmos as sutilezas dos sistemas de exclusão ligados às instituições públicas, como o as bibliotecas, os regimes autoritários implantaram diferentes formas de limitação de acesso aos livros. Chegaram muitas vezes, em sua arbitrariedade às medidas visando à destruição como forma de “higiene” para assegurar uma população “limpa” daquilo que poderia ser considerado prejudicial ao engrandecimento da nação. Observamos que muitos regimes totalitários, especialmente aqueles que se implantaram no século XX, enfatizaram a idéia de uma nação livre das impurezas.

A censura é um dos instrumentos para propagar e implantar a “limpeza” desejada, recurso daqueles que desejam o obscurantismo para perpetuar concepções de mundo e desigualdades existentes na sociedade. (SILVA, 1981). Entretanto, mesmo nos regimes considerados democráticos encontramos formas sutis de controle da opinião pública, da publicação impressa e da livre expressão de idéias. De forma dissimulada esse controle se exerce sob outras justificativas.

Encontramos, no livro *História Universal da Destruição de Livros*, de Fernando Báez (2006), informações importantes sobre a repressão exercida por parte desses governos sobre as bibliotecas públicas. O autor mostra que, na Guerra Civil Espanhola, até o momento em que o General Franco assume o poder, houve uma “caça” aos livros e documentos. Em outubro de 1934, as forças da ordem destruíram 257 bibliotecas populares nas Academias, como também foram queimadas as bibliotecas das casas do povo ou dos sindicatos. Para reforçar a “caçada”, temos ainda, no período de 1934 a 1939, a criação, pelo reitor da Universidade de Oivedo, de uma Comissão para a Depuração de Bibliotecas.

Enquanto em Portugal, reforçando a proposta de se combater o “perigo vermelho” e um ideal de como o povo deveria ser esclarecido, o regime salazarista, em decreto de 1945, criou bibliotecas nas escolas, com um acervo restrito às obras selecionadas por uma comissão oriunda da Junta Nacional de Educação (ALMEIDA, 2001).

No Brasil de Vargas, José Campello, presidente da Associação de Imprensa de Pernambuco, utiliza o jornal Folha da Manhã para fortalecer a idéia do livro como



“arma branca” e sugerindo que fossem criadas bibliotecas populares (de caráter público) com literatura doutrinária, para instruir o homem do povo contra a influência dos livros bolchevistas.

Com o Estado Novo, Getúlio Vargas decidiu assumir o papel de pai da cultura do Brasil. Essa postura interferiu diretamente na produção livresca e na instituição das bibliotecas públicas. Citamos Costa:

Centralizado, populista, nacionalista, o Estado Novo deu especial atenção ao desenvolvimento das artes e das comunicações, levando ao auge a intervenção governamental nessas áreas (COSTA, 2006, p.95).

O precursor do Instituto Nacional do Livro (INL) foi o Instituto Cayru, criado com o propósito de organizar uma enciclopédia brasileira. O ministro da Educação e Saúde do primeiro governo Vargas, Gustavo Capanema, estabeleceu uma comissão que deveria elaborar o plano para a publicação da mesma. Como a tarefa seria grande, a comissão julgou necessário existir um órgão responsável para sua confecção. Capanema buscou o apoio dos intelectuais brasileiros para a publicação e foi auxiliado nessa tarefa pelo poeta Carlos Drummond de Andrade, seu chefe de gabinete.

Conforme Halewell:

Inspirado na magnífica enciclopédia italiana TRECCANI, então recentemente completada no governo Mussolini, e que já levava a empreendimento semelhante no Portugal de Salazar, Vargas sonhou com uma enciclopédia e um dicionário nacional semelhantes para o Brasil (HALEWELL, 1985, p. 313).

O Instituto Cayru sobreviveu somente até dezembro de 1937, quando foi criado o INL. Vargas nomeou para a diretoria do INL um gaúcho, o poeta Augusto Meyer, que dirigiu o instituto até 1954 e, depois, de 1961 a 1967. Mário de Andrade foi um dos intelectuais convidados, como consultor, a colaborar no desenvolvimento da enciclopédia. Apesar de sua oposição ao Estado Novo, aceitou o convite, pois entendeu que a construção de uma obra voltada para o cidadão brasileiro deveria ser priorizada.

De acordo com Oiticica (1997), o organograma do INL era estabelecido em seções dedicadas principalmente às publicações e à organização das bibliotecas, de acordo com as funções que o Instituto assumia:

... a seção da Enciclopédia e do Dicionário e a Seção de publicações, cujos primeiros chefes foram respectivamente o poeta Américo Facó e



o sociólogo e historiador Sergio Buarque de Holanda, seções que ao lado de uma seção eminentemente técnica relativa à organização das bibliotecas públicas formavam o tripé do Instituto” (OITICICA, 1997, p. 112).

O INL herdou a tarefa de produzir uma bibliografia nacional atualizada, competência da Biblioteca Nacional, mas que até então não havia conseguido lograr êxito. Assumiu também a responsabilidade de desenvolver as bibliotecas públicas. Podemos atribuir a inclusão dessa atividade provavelmente pela influência de Augusto Meyer, que havia sido diretor da biblioteca pública estadual de Porto Alegre, além de cuidar dos interesses mais amplos do livro no Brasil.

Dessa forma estabelece-se um vínculo estreito entre o funcionamento das bibliotecas no país e a atuação do INL. Como afirma Araújo, “assim, a compreensão da relação entre Estado autoritário e biblioteca pública, no Brasil, passa necessariamente pela análise da atuação social do INL” (ARAÚJO, 2002, p. 31).

Após a criação do INL, houve uma expectativa de ampliação da implantação e estruturação de bibliotecas pelo país, porém o que de fato ocorreu, foi uma dispersão de recursos e atuação sem planejamento. Segundo Moraes, “não deixa de assustar essa avalanche desordenada, sem plano, sem método, dispersando esforços e dinheiro” (MORAES, 1943, p. 37).

Segundo Vida, citado por Soares (2007), até dezembro de 1943, o Brasil possuía 2000 bibliotecas públicas que recebiam doações frequentes do INL. As doações eram apontadas como o único meio de viabilização da existência das bibliotecas, quer dizer a maioria só conseguia sobreviver devido às doações do Instituto, essa visão é reforçada pela afirmação de Moraes (1943).

De acordo com Soares (2007) houve prática da censura em relação ao material divulgado. Ou seja, o material recebido era previamente filtrado nas instâncias de vigilância governamentais:

Obras consideradas perigosas pelo regime foram excluídas de acervos de bibliotecas públicas – como se fez no Instituto de Educação do Rio de Janeiro –, recusadas pela rede pública de ensino ou proibidas de comercialização (SOARES, 2007).

Devemos observar que não havendo um sistema de bibliotecas bem estruturado antes do governo Vargas, sua atuação torna-se diferente do que se passou em outros governos totalitários pelo mundo. Na Espanha, Itália e Portugal haviam bibliotecas



devidamente estruturadas e alicerçadas com as finalidades que eram de suas competências.

Notamos uma ação do Estado, mais forte no período militar de fomento à indústria livreira, para que em regime de co-edições houvesse um controle daquilo que seria publicado. Esse processo sem dúvida gerou um acervo considerável para as bibliotecas públicas, possibilitando o desenvolvimento de uma política voltada à formação de leitores, mas com base nos ideais daquilo que era considerado “bom” para o cidadão.

A fonte documental que trabalhamos são os processos de censura a peças teatrais pertencentes ao AMS relativos a livros com textos de peças teatrais. No arquivo, entre os 6.205 processos de censura prévia ao teatro, aproximadamente 4% trazem livros com o texto das peças a serem avaliadas pela censura. Nosso campo de pesquisa abrange 82 processos, referentes aos que, de alguma forma, apresentam vetos dos censores. Como exemplos, citamos:

No processo da peça *O Delegado do Interior do Estado* (DDP 0080⁷) vemos que a solicitação de 1942 censura o texto datilografado e não a obra que havia sido impressa em 1926. Não existe nenhuma recomendação em relação ao livro. Encontramos no DDP 0494 que a autoria da obra é de Jorge Coimbra.

Dois livros chamaram nossa atenção, impressos pós-64, são *Liberdade, Liberdade* (DDP 5767) e *Opinião* (DDP 5678). O primeiro texto de autoria de Flavio Rangel e Millôr Fernandes foi censurado praticamente na íntegra para que pudesse ser encenado. O censor valoriza a obra, entretanto alerta que, devido ao período político, se não fossem efetuados os cortes recomendados, iria proibir sua encenação. Supomos que o livro foi liberado, por ter sido impresso antes de 1970, não passando pelo crivo da censura literária.

Quanto a *Opinião* – no qual o título da obra é *Opinião: texto completo do show* – acontece algo interessante: a peça é liberada, considerada livre, em 12 de abril de 1965. Entretanto, o mesmo censor, em 13 de maio de 1965, ou seja, um mês depois, emite certificado de censura somente liberando a peça se fossem efetuados diversos cortes. Da mesma forma, não existe solicitação ou recomendação para apreensão do livro.

⁷ A numeração “DDP + 4 dígitos” refere-se ao número que cada processo recebeu no Arquivo Miroel Silveira.



Tivemos a oportunidade de ver peças teatrais que ganharam prêmios no concurso realizado pelo Serviço Nacional de Teatro (SNT) e foram impressas como livros. O fato curioso é que as obras foram encaminhadas para censura após serem impressas, dessa forma, algumas não foram liberadas e para a sua encenação deveriam passar por outro processo censório. Todavia não conseguimos saber o que aconteceu com os exemplares impressos, se foram ou não liberados para circulação. Encontramos telegrama do então diretor do SNT pedindo urgência na liberação dos livros para distribuição gratuita as bibliotecas. Citamos, como exemplo, a peça *Papa highirte*, de Oduvaldo Vianna Filho, que somente foi liberada para encenação onze anos depois de ganhar o prêmio, em 1968.

De acordo com o material analisado, a única documentação específica relativa às bibliotecas foi a carta encaminhada ao Ministro da Justiça, solicitando a retirada do livro *Dias de Clichy*, pedido que foi considerado, pois sua apreensão ocorre em 1974. Contudo, em relação às demais obras apreendidas, não encontramos nenhuma orientação para a retirada de acervos de bibliotecas.

Conclusões

Sabíamos que a biblioteca pública enquanto instituição subvencionada pelo Governo não era devidamente lembrada, nem tratada da forma que merece, durante o período estudado. O que encontramos nas duas ditaduras analisadas foi uma preocupação em se estabelecer bibliotecas por meio de leis e normas, porém a maioria das ações não saiu do papel, dessa forma podemos entender que não houve a necessidade de expurgo de uma forma agressiva como ocorreu na Espanha, Itália, Portugal e na Argentina.

Encontramos pela documentação analisada, até o momento, o interesse do governo em estabelecer limite aos livros, censurar, confiscar, retirar de circulação, entretanto não encontramos oficialmente nada que delimite o que poderia ou não estar em uma biblioteca.

Os livros, por serem únicos, causaram uma maior preocupação aos Governos pesquisados, contudo o que encontramos até o momento, é que havia uma necessidade maior de se controlar aquilo que estaria voltado as “diversões públicas” (teatro, radio, TV), tanto que em nossa pesquisa inicial no AMS localizamos peças censuradas em que foi permitida a publicação do livro, ou mesmo que o livro já estava publicado e o texto,



enquanto peça teatral foi censurada. Também encontramos em documentação pesquisada no Arquivo Nacional situação semelhante nas obras publicadas com o auxílio financeiro do próprio governo que visavam à distribuição para as bibliotecas públicas.

A comparação entre a censura aos livros e a censura à encenação de peças teatrais, no entanto, revela características peculiares das políticas públicas de controle da produção simbólica exercidas. Ressaltamos, por exemplo, a arbitrariedade com que a censura era exercida, ora proibindo ora liberando um mesmo texto, dependendo da interpretação particular do censor ou da compreensão deste sobre o fenômeno estético e a linguagem utilizada. Assim, independente da política pública estabelecida por lei, a prática censória é arbitrária e personalista. A distância entre a política e a prática cultural é evidente.

Outrossim a análise dos processos mostra que a publicação, distribuição e circulação de livros com peças teatrais não acompanhou as políticas públicas relacionados ao livro, indicando, no campo cultural, uma grande autonomia do teatro em relação à produção editorial e vice-versa. Essa separação sugere, ainda, a falta de interlocução entre editores, artistas e empresários. Mais ainda, leva-nos a questionar sobre a compreensão efetiva dos censores a cerca das linguagens que eles próprios julgavam.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, M. das G. A. A. de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001. 317p.
- ARAÚJO, E. A. **A palavra e o silêncio**: biblioteca pública e estado autoritário no Brasil. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2002. 99p.
- BÁEZ, F. **História universal da destruição de livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. 438p.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241p.
- CHARTIER, R. **A ordem dos livros**. Brasília: UnB, 1999. 111p.
- COSTA, M. C. C. **Censura em cena**: teatro e censura no Brasil: Arquivo Miroel Silveira. São Paulo: EDUSP; FAPESP; Imprensa Oficial, 2006. 282p.



- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Paris: Collège de France, 1970. (Material acessado no site <http://www.alfredo-braga.pro.br/discussoes/ordemdodiscurso.html>. Acesso em 02/08/2008.
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz; EDUSP, 1985. 693p.
- INVERNIZZI, H.; GOCIOLO, J. **Un golpe a los libros: represión a la cultura durante la última dictadura militar**. 2. ed. Buenos Aires: EUDEBA, 2003. 409p.
- KNUTH, R. **Libricide: the regime-sponsored destruction of books and libraries in the twentieth century**. Westport: Praeger, 2003. 277p.
- MATTELART, A; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. 8.ed. São Paulo: Loyola, 2005. 227p.
- MORAES, R. B. de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943. 64p.
- OTICICA, R. **O Instituto Nacional do Livro e as ditaduras: academia brasileira dos rejeitados**. 1997. 270p. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SILVA, R. **Liberdade de informação, informação livre: da quantificação necessária à democracia**. Lisboa: Polígono, 1981. 152p.
- SOARES, G. P. **Semear horizontes: uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 504p.
- STEPHANOU, A. A. **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001